

ATA NÚMERO 379/XII/4.^a SL

Aos vinte e um dias do mês de maio de 2015, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia

1. Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado – 2013.
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
[relatório agendado para a Sessão Plenária de 21 de maio]

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.
Autor do parecer: Senhor Deputado Nuno Serra (PSD).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 22 de maio]

3. Deliberação sobre a metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.^a (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.^a (GOV) - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.

5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

6. Apreciação e votação do Requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP com vista à audição do Governo sobre a implementação da Resolução da Assembleia da República n.º 31/2014, de 11 de abril - Recomenda ao Governo que proceda à implementação de um programa nacional, global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativas.
7. Distribuição de iniciativas europeias.
8. Apreciação do pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares.
9. Informação sobre a Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
10. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
[Parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].
11. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 900/XII/4.^a (PS) -
Procede à Revisão do Enquadramento Jurídico da atual Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
12. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.
13. Outros assuntos..

-
1. **Apreciação e votação do relatório referente à Conta Geral do Estado – 2013.**
Relator: Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).
[relatório agendado para a Sessão Plenária de 21 de maio].

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o relatório sobre a [Conta Geral do Estado \(CGE\)](#), expondo o seu conteúdo.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) saudou o Senhor Deputado relator mas realçou que há valores a corrigir, nomeadamente no que toca aos valores da recessão relativos a 2012 e 2013, bem como nos pontos dos quais consta que as decisões do Tribunal Constitucional teriam exigido um aumento da despesa.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), cumprimentando o Senhor Deputado relator, sublinhou que a discussão do relatório deveria ser efetuado num momento mais próximo do fim do ano a que se refere e lembrou que é difícil que um relatório desta natureza seja objetivo, em virtude da existência de diferentes pontos de vista sobre estas matérias. Afirmou, no entanto, que o relatório não reflete as críticas efetuadas nos pareceres do Conselho Económico e Social (CES) e do Tribunal de Contas, dando como exemplo a qualificação das deduções fiscais como benefícios fiscais.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) salientou o esforço do Senhor Deputado relator no sentido de conferir a maior objetividade possível ao documento, enquanto o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que há sempre, neste contexto, um juízo pessoal sobre as matérias, sendo estas das mais difíceis para a angariação de consenso. Defendeu ainda que o Tribunal de Contas poderia efetuar uma certificação do parecer da CGE.

O Senhor Deputado João Galamba (PS), de seguida, questionou se o Senhor Deputado relator efetuava, efetivamente, as alterações propostas, lembrando o Senhor Presidente que é regra deixar o Senhor Deputado relator realizar os esclarecimentos que entender após as várias intervenções.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) salientou que a opinião do Tribunal de Contas está já explícita no seu parecer e que o relatório deveria contemplar essa mesma opinião.

Esclareceu então o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) que o relatório tem quadros do Tribunal de Contas e que as referências ao Tribunal Constitucional visam apenas sublinhar que o aumento da despesa vem na sequência das suas decisões. Realçou que as críticas do CES estão refletidas no parecer e que muitas das sugestões que têm vindo a ser efetuadas pelo Tribunal de Contas foram já acolhidas na CGE, defendendo ainda que a nova alteração à Lei de Enquadramento Orçamental permitirá melhorar a transparência das contas públicas.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) voltou a defender que as alterações nos montantes do PIB são relevantes para o relatório. O Senhor Presidente sintetizou então que há dois tipos de

objeções: as de carácter de fundo e que se prendem com os diferentes pontos de vista políticos e as que se referem aos valores do PIB, salientando que os valores constantes do relatório não estavam incorretos à altura da sua elaboração mas que a verdade é que o Instituto Nacional de Estatística efetuou uma revisão dos dados. Ficou acordado o aditamento de uma ressalva, nestes moldes, após o que o relatório foi aprovado, com os votos a favor de PSD e CDS-PP, o voto contra do PCP e a abstenção do PS, na ausência do BE.

- 2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.**

Autor do parecer: Senhor Deputado Nuno Serra (PSD).

[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 22 de maio].

O Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) apresentou o parecer relativo à [Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª \(GOV\)](#), dando nota do seu teor, após o que o mesmo foi votado, sendo aprovado por unanimidade, na ausência do BE.

- 5. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.**

Passou-se de seguida ao ponto 5 da Ordem do Dia - discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#).

O Senhor Presidente lembrou que foi levantada a questão da caracterização da iniciativa e das propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP, sendo a iniciativa legislativa apresentada no âmbito dos trabalhos referentes à questão da natalidade, enquanto as propostas de alteração apresentadas estão relacionadas com o Código do IRS.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) considerou que estas propostas de alteração se inserem numa política amiga da família, não sendo o âmbito tão distinto assim, face à iniciativa original.

O Senhor Presidente salientou que está em causa não só a imagem do Parlamento como a qualidade da legislação. Lembrou que esta iniciativa se enquadra na discussão da política de natalidade mas que estas propostas de alteração, incidindo sobre um tema relevante, não se enquadram aqui.

Reiterou o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) o que tem defendido noutras ocasiões, nomeadamente que estas propostas de alteração se referem a um tema que não foi objeto de discussão ou votação na generalidade. Lembrou que o PCP sugeriu que fosse apresentado um Projeto de Lei autónomo, até porque não está contra as alterações propostas, mas que não pode concordar com esta técnica legislativa. Sublinhou que PSD/CDS-PP perdem uma oportunidade porque esta questão poderia já estar resolvida.

Por seu lado, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) corroborou o que foi dito pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), defendendo e apelando à apresentação de uma iniciativa legislativa autónoma e criticando esta opção, recordando que ainda há tempo de trabalho parlamentar suficiente.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sublinhou que a discussão incidiu sobre um pacote de iniciativas alargado e não especificamente sobre esta matéria. Reconheceu que não é a prática mais ortodoxa mas lembrou que não é a primeira vez que tal se verifica e que as normas alteradas podem ser avocadas pelo Plenário.

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) defendeu que as temáticas não são assim tão estranhas e que todos os Grupos Parlamentares concordam com as alterações propostas, pelo que tem dificuldade em perceber, havendo concordância quanto à substância, o motivo pelo qual se deverá adiar esta questão.

O Senhor Presidente reiterou o que já tinha exposto sobre esta questão, bem como a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), que aproveitou para defender que serão criadas condições para que uma iniciativa nesta temática seja aprovada com rapidez, considerando ser prioritário legislar com qualidade técnica.

Referindo que esta discussão foi já realizada anteriormente, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) questionou o porquê de realizar nova discussão se estão todos de acordo.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou o seu incómodo com a integração destas propostas de alteração na temática da iniciativa legislativa em causa e lembrou que chamou a atenção para estes lapsos na altura da audiência com a Associação Nacional dos Óticos, sublinhando que todos os GP's sabem que esta discussão não está relacionada com a natalidade.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) defendeu que, apesar de haver condições para efetuar a votação, poderá ser apresentada uma iniciativa autónoma, em prol de consenso, se se assumir o compromisso de esta ser objeto das três votações em simultâneo, com votações sem tempos.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestaram o seu acordo com esta proposta, após o que a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) usou da palavra para apresentar as propostas de alteração do PS.

A reunião foi interrompida às 15.00, em virtude do início da reunião plenária.

Os trabalhos foram retomados após o fim da reunião plenária, começando a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) por anunciar a retirada de todas as propostas de alteração de PSD/CDS-PP, bem como a aceitação das propostas de alteração do PS.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) solicitou alguns esclarecimentos sobre as propostas de alteração do PS, os quais foram prestados. A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) aproveitou estes esclarecimentos para apresentar, oralmente, uma outra proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 57.º-A do Código do Imposto Sobre Veículos.

A Comissão procedeu então à votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#). O registo do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) congratulou-se com o desenlace da discussão e da votação desta iniciativa, considerando que a sua eficácia e alcance foram objeto de claras melhorias.

- 3. Deliberação sobre a metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo**

22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.

O Senhor Presidente começou por recordar as entidades cuja audição foi proposta na reunião anterior. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) considerou dispensáveis as audições da Comissão Nacional de Proteção de Dados e do Tribunal de Contas, uma vez que já remeteram os respetivos pareceres à COFAP, aceitando as restantes propostas do PS, pelo que ficou assente proceder às audições da Autoridade da Concorrência, da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, do Instituto da Construção e do Imobiliário, do professor José Tribolet (Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação) e do Governo (Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações).

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs que as audições fossem efetuadas na semana seguinte, tendo o Senhor Presidente declarado, recordando que para a semana há já trabalhos previstos, para além da reunião semanal da Comissão, que se tentaria verificar da disponibilidade de agenda.

4. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.^a (GOV) - Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou propostas de audição da FESAP, Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e ANMP. Por seu lado, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) considerou desnecessárias estas audições, ao que o Senhor Deputado João Galamba (PS) retorquiu, referindo que não compreende como não é justificável ouvir as estruturas sindicais e a ANMP. Solicitou também que o prazo para apresentação das propostas de alteração no âmbito desta iniciativa seja prolongado para lá do dia 30 de maio.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) referiu que não declarou que aquelas audições seriam inúteis, mas apenas que não são fundamentais, informando ainda que nada tem a opor quanto ao prazo para apresentação das propostas de alteração.

Após a insistência do Senhor Deputado João Galamba (PS) na importância da realização daquelas audições, o Senhor Presidente propôs que as estruturas sindicais fossem notificadas para que a audição a realizar no dia 26 de maio passasse a incidir também sobre este diploma, informando a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), enquanto coordenadora do Grupo de Trabalho Alteração da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas [PJL 866-XII (PSD/CDS-PP)]. O GPPS concordou e os restantes GP's declararam nada ter a opor, pelo que se passou



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

à votação da proposta de audição da ANMP, tendo a mesma sido chumbada com os votos a favor de PS, PCP e BE e os votos contra do PSD.

Deliberou a Comissão que as propostas de alteração, no âmbito desta iniciativa, sejam apresentadas até às 13 horas do dia 2 de junho.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) levantou a hipótese de efetuar outra reunião para além da habitual reunião semanal, uma vez que da sua Ordem do Dia, no dia 27 de maio, consta a audição do Governador do Banco de Portugal. O Senhor Presidente declarou que sempre se poderá iniciar a reunião às 09h30m e continuar com a restante Ordem do Dia nos moldes que vêm sendo habituais.

Os restantes pontos foram adiados para a reunião da próxima semana, após o que o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 18:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de maio de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Artur Rêgo
Ivo Oliveira
Maria José Moreno
Michael Seufert
Nuno Serra
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
José de Matos Rosa